

ATA NÚMERO 240/XII/3.^a SL

Aos 7 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 10:30 horas, reuniram no Auditório do Novo Edifício as Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas; de Assuntos Europeus; de Orçamento, Finanças e Administração Pública; de Economia e Obras Públicas; e Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, tendo como ponto único da Ordem do Dia:

Reunião com uma delegação da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu.

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Senhor Deputado Paulo Mota Pinto, deu início aos trabalhos, dando as boas-vindas ao Vice-Presidente do Parlamento Europeu e chefe da delegação, Senhor Othmar Karas, e demais Deputados ao Parlamento Europeu, membros da delegação ad-hoc da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do PE, bem como às Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República. De seguida, deu conta do papel da Assembleia da República em geral e da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), em particular, em matéria de acompanhamento dos assuntos europeus.

De seguida, usou da palavra o Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, Senhor Deputado Eduardo Cabrita, que apresentou as competências cometidas à COFAP e o acompanhamento, por esta Comissão, da execução do programa de assistência económica e financeira (PAEF), nomeadamente em sede de processo legislativo, grande parte do qual é tramitado em sede dessa Comissão.

Interveio, posteriormente, o Presidente da Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, Senhor Deputado Vieira da Silva, que deu conta das competências daquela Comissão Eventual, de acompanhamento da execução do PAEF, em particular no âmbito do debate político.

Sucessivamente, usou da palavra o Vice-Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas, Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro, que sintetizou as competências adstritas àquela Comissão no âmbito das matérias em apreço.

O Senhor Presidente da CAE agradeceu as intervenções e passou, de imediato, a palavra aos Senhores Deputados ao Parlamento Europeu (MEP), tendo intervindo os relatores (Senhor

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Othmar Karas e Senhor Deputado Liem Hoang Ngoc) do relatório em preparação da Comissão ECON sobre o funcionamento da *troika* (BCE, Comissão Europeia e FMI) nos países sob programa de assistência económica e financeira, que sublinharam, nomeadamente, o objetivo da missão a Portugal e a importância da cooperação entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos Nacionais, tendo colocado algumas questões. De seguida, intervieram os Senhores Deputados Nils Torvalds, que focou, em especial, o impacto social das políticas de austeridade, designadamente nos níveis de desemprego registados nos países sob assistência, aludindo a esse propósito à situação de falta de perspectivas de emprego para as novas gerações na Finlândia nos anos 90 e Jürgen Klute, que solicitou esclarecimentos sobre o envolvimento do Parlamento português e dos parceiros sociais na elaboração do Memorando e na sua aplicação, tendo ainda demonstrado especial interesse em perceber a visão do Parlamento relativamente aos impactos sociais da aplicação do Programa.

Intervieram, de seguida, Senhores Deputados à Assembleia da República, em representação dos Grupos Parlamentares.

Começou por usar da palavra o Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS), que saudou a iniciativa dos MEP de escrutínio dos PAEF, tendo de seguida referido que estes processos de assistência decorrem de acordo com um modelo errado. O erro do “pronto-a-vestir” na resposta à crise não teve em conta as especificidades de cada país. Antes da crise, Portugal já apresentava uma situação distinta, com uma procura interna bastante mais reduzida que nos restantes países. A crise foi transformada numa crise do sul da Europa, que se foi estendendo pelo menos até França. Houve disfunções importantes na aplicação do programa, considerou. Este modelo não era o que a nossa economia precisava e, para além do mais, faltou legitimidade democrática na sua conceção e aplicação, a nível nacional mas também europeu. Deu, ainda, conta dos principais erros e problemas decorrentes das políticas de austeridade em sede de consolidação e sustentabilidade das finanças públicas, num contexto de livre circulação de capitais enquadrado num regime de câmbios fixos.

O Senhor Deputado Nuno Reis (PSD), por seu turno, considerou que a avaliação dos PAEF deve ser efetuada no final da sua execução, ainda que sejam bem-vindas avaliações intercalares e monitorizações, recordando, a este propósito, as 9 avaliações positivas e concluídas no âmbito do programa português, ainda que com um desempenho diferente face ao inicialmente expectável. Não houve a integração no Memorando de alterações que ao longo da aplicação do programa se iam justificando. Considerou que houve pouca flexibilidade e exemplificou com a 5ª avaliação e a forma inflexível como foi conduzida, não deixando margem para não se avançar com medida que esteve à beira de colocar o país em situação de rutura social. Falou ainda nas incongruências resultantes de afirmações de altos responsáveis das

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

instituições envolvidas e exemplificou com as afirmações do Economista Chefe e da responsável máxima do FMI, que, respetivamente, colocaram em causa os multiplicadores que foram utilizados e a filosofia subjacente ao desenho destes programas, sem que tivesse havido quaisquer consequências práticas.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) considerou prioritário terminar a execução do programa e assegurar o regresso aos mercados; recordou os impactos sociais do PAEF, sobretudo ao nível do desemprego, sublinhando, neste ponto, o empenho dos parceiros sociais ao longo da execução do programa, em particular em sede de legislação laboral e reforma do mercado de trabalho. Destacou o divórcio dos discursos e da prática e exemplificou com as duas últimas avaliações, em que havia um consenso geral quanto ao valor do défice que depois não foi aceite. Considerou que não havia um esforço para antecipar os problemas. Enfim, recordou o acompanhamento político do PAEF e o diálogo direto com a *troika* levados a cabo pelo Parlamento português ao longo da execução do programa e concluiu referindo que o papel dos parlamentos nacionais deve ser repensado no futuro, em termos de acompanhamento da aplicação dos programas de assistência.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) recordou o contexto de negociação e assinatura do PAEF e os princípios subjacentes ao programa, que merecem a oposição do PCP, sublinhando o papel da Assembleia da República de acompanhamento *a posteriori* das respetivas avaliações trimestrais. Sublinhou, ainda, os impactos sociais nefastos do PAEF, tendo concluído considerando que Portugal é hoje um país mais dependente, com mais desemprego e que está em piores condições do que antes do Programa.

Interveio, por fim, o Senhor Deputado Luís Fazenda (BE), que recordou que o Parlamento português – na altura em dissolução – não foi envolvido na preparação, negociação e assinatura do Memorando de Entendimento, e que as reuniões após cada avaliação são para troca de impressões, sem efeito útil. Recordou os efeitos recessivos e os impactos sociais do PAEF, sublinhando a continuidade das políticas de austeridade após o final do programa, tendo em consideração a aprovação do Tratado Orçamental, já ratificado por Portugal.

O Senhor Presidente da CAE agradeceu as intervenções e abriu um período de intervenções individuais de Senhores Deputados.

O Senhor Deputado ao Parlamento Europeu, Nils Tovalds, solicitou a palavra para um breve comentário, no qual sublinhou que é sempre mais fácil gastar do que efetuar cortes ou fazer reduções na despesa pública.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Começou por usar da palavra o Senhor Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP), que efetuou uma alocução sobre os presentes desafios que se colocam à União Europeia, nomeadamente quanto à legitimidade das instituições europeias, bem como os objetivos subjacentes à construção da CEE, recordando artigos constantes dos Tratados. Questionou, ainda, as divergências discursivas entre os responsáveis políticos e os técnicos operacionais das instituições da *troika*.

O Senhor Deputado Carlos Zorrinho (PS) sublinhou a importância do relatório em preparação pela Comissão ECON, considerando que este deve refletir a experiência dos países sob assistência e demonstrar que a *troika* nunca deveria ter existido pelo facto de ter provocado divisões entre Estados-membros da UE.

O Senhor Deputado Miguel Frasquilho (PSD), por seu turno, sublinhou a importância da visita da Comissão ECON e do relatório a ser produzido, o qual deveria, na sua opinião, conter referências às deficiências institucionais da União Económica e Monetária (UEM) e que os objetivos dos PAEF não devem ser prosseguidos a qualquer preço, sendo exigida alguma flexibilidade no contexto do esforço desenvolvido pelos países sob assistência.

Usou, ainda, da palavra, o Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Senhor Deputado Sérgio Sousa Pinto, que recordou o bom desempenho da economia portuguesa, nomeadamente em matéria de défice orçamental, antes do eclodir da crise, incluindo a crise das dívidas soberanas e as políticas orçamentais europeias expansionistas que induziram défices orçamentais nos Estados-membros. Considerou, ainda, que a continuação das estratégias recentemente adotadas na UE vitimizará a Europa, ao eliminar a solidariedade como princípio fundador.

Interveio, na conclusão do debate, o Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Senhor Othmar Karas, que sublinhou a aprendizagem dos últimos dias mas também dos últimos 5 anos, sublinhando o carácter original e único da crise, e recordando que a UEM da União Europeia não dispõe de todos os instrumentos de atuação, os quais devem ser implementados, com vista à promoção: da subsidiariedade e flexibilidade; da integração, cooperação e interdependência; de mais democracia, maior participação dos cidadãos e um papel aprofundado dos Parlamentos.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente da CAE agradeceu a presença de todos os Senhores Deputados- sublinhando o facto de a Assembleia da República estar interessada em colaborar no relatório - após o que deu por concluída a reunião.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Diversas informações sobre a audiência, nomeadamente a respetiva gravação, podem ser encontradas na [página internet](#) da Comissão.

A reunião foi encerrada às 11:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de janeiro de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Eduardo Cabrita
Fernando Virgílio Macedo
João Galamba
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Nuno Reis
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Sónia Fertuzinhos
Artur Rêgo
Conceição Bessa Ruão
Cristóvão Norte
Maria das Mercês Borges
Miguel Tiago
Pedro Silva Pereira
Rui Paulo Figueiredo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Santos Silva
Duarte Pacheco
Elsa Cordeiro
Isabel Santos
João Paulo Correia
Pedro Nuno Santos